

Busca da modernidade deve ser preocupação constante do Brasil

Plan. Brasil
12 SET 1980

GAZETA MERCANTIL

Josué Souto
Maior Mussalém

A busca da modernidade deve ser um objetivo nacional atual para o Brasil neste final de século XX. A economia brasileira e a sociedade brasileira precisam adotar uma postura mais moderna, capaz de garantir, de forma efetiva, a inserção de nosso país no cenário econômico e político internacional.

Não resta dúvida que a economia brasileira - cada vez mais está vinculada ao exterior. O volume de negócios realizados, seja através da exportação, seja através da importação de bens e serviços, supera a marca de US\$ 50 bilhões por ano, fato significativo para uma economia latino-americana.

O Brasil tem características econômicas interessantes: possui o 8º PIB do mundo ocidental; tem o 3º maior saldo comercial do mundo; nossa economia mantém um dinamismo que mesmo com o Plano Verão e suas características recessivas vários setores básicos conseguiram crescer no 1º semestre deste ano; o nível de emprego informal se mantém com relativa estabilidade e a taxa de desemprego aberta não chega a alcançar 3,8%.

Por outro lado, esta mesma economia dinâmica na essência tem sérios estrangulamentos como o déficit público, a dívida externa, a dívida interna e o desemprego estrutural que ainda marginaliza um grande número de pessoas em idade de trabalhar. Além disso, há uma crise maior instalada no País que nós podemos chamar de crise de Estado brasileiro, a qual é fundamentada no crescimento do aparelho estatal dos últimos vinte anos e na sua incapacidade de reduzir seu próprio tamanho.

Hoje em dia alguns economistas fazem uma constatação muito simples mas também bastante lógica. O Estado brasileiro está quebrado mas a economia privada não. Daí a manutenção de um certo nível de crescimento em nosso sistema econômico, mesmo na época da vigência do Plano Verão, o qual teve indiscutíveis características recessivas mas que não conseguiu jogar nossa economia numa recessão.

A constatação empírica é de que a economia brasileira alcançou um nível de dinamismo tal que os efeitos de qualquer política econômica lançada pelo governo são invariavelmente reduzidos. Esse dinamismo econômico contrasta com a própria situação do aparelho estatal do País, que tem reduzido de forma substancial os níveis de investimentos, atingindo setores fundamentais da vida nacional como os centros de pesquisas, as universidades, a Previdência Social, a saúde pública e os cruciais e extremamente necessários investimentos do setor energético e do setor de transportes.

Essa redução dos investimentos nos setores citados coloca nosso país numa situação extremamente difícil porque reduz a qualidade de vida da população quando se trata de investimentos sociais e reduz também a possibilidade de



investimentos produtivos da iniciativa privada quando se trata do desinvestimento em áreas cruciais como energia elétrica e transportes.

O mais grave de tudo isso é que o setor energético depende fundamentalmente do governo, o que vale dizer que qualquer redução de investimento público nesse setor acarreta graves prejuízos para o País. Da mesma forma, é dependente de investimento exclusivo do Estado outro setor extremamente importante que é o das telecomunicações, cuja qualidade operativa tem caído a níveis assustadores nos últimos anos, prejudicando sobremaneira as atividades econômicas em nosso país.

Toda essa realidade crítica brasileira passa pela forte presença que tem o Estado na vida nacional. Esta forte e marcante presença estatal vem desde os anos 30 e faz parte de uma cultura brasileira do Estado-provedor e de uma certa forma do Estado-tutor.

Esta cultura de presença da vida do Estado na Nação permeia inúmeros setores do nosso país, desde as camadas menos favorecidas até parcelas do empresariado que se beneficiam de favores do Estado, principalmente de reservas de mercado. Esta última, a reserva de mercado, é uma forma sofisticada de proteção do Estado a um capitalismo sem risco, descomprometido com o investimento em pesquisa e desenvolvimento e que beneficia poucos e penaliza toda a sociedade civil.

A presença de um Estado em crise na economia brasileira é agravada pela questão política, que tem afetado a vida nacional. A crise política instalada no País hoje em dia resulta de uma falta de entendimento dentro do próprio comando político da Nação, seja ele do Executivo ou do Legislativo, e é consequência também da própria crise econômica que nos afeta.

Em termos gerais, não resta dúvida de que a articulação política entre o Executivo federal e o Congresso Nacional é praticamente nula o que tem prejudicado sobremaneira o desempenho do próprio Poder Executivo, na medida em que a aprovação de medidas provisórias por parte do Congresso Nacional tem sofrido uma série de problemas pelo desentendimento entre os dois poderes.

Fatos recentes ocorridos no governo federal, como a demissão do ministro da Justiça, demonstram que o próprio Poder Executivo não tem ou tem pouca consciência da gravidade da situação do Estado brasileiro e seus efeitos negativos sobre o conjunto do sistema econômico.

É interessante notar que o fato de a economia brasileira não ter entrado em recessão no primeiro semestre deste ano é produto da chamada economia informal, que cada vez mais se fortalece em nosso país e que, segundo alguns economistas, já supera a marca de um terço do Produto Interno Bruto, o que seria equivalente, em termos monetários, a mais de US\$ 120 bilhões por ano.

A economia informal pode ser visualizada como uma alternativa que a sociedade brasileira encontrou para se livrar do Estado. Assim, é importante

que se crie em nosso país uma consciência de que a busca pela modernidade fundamental para o Brasil no final do século XX e começo do século XXI passa por uma redefinição do papel do Estado na vida econômica e social do Brasil. O Estado brasileiro precisa deixar o papel de condutor absoluto da economia e deve reassumir as funções que são inerentes à sua própria atividade.

Por outro lado, a sociedade civil precisa assumir uma maior responsabilidade com o presente e o futuro da Nação, criando inclusive um capitalismo mais moderno e menos dependente do aparelho estatal, convivendo com o risco e criando competência cada

vez maior para enfrentar os desafios do avanço tecnológico mundial e da formação dos grandes blocos econômicos, como é o caso da Comunidade Econômica Européia, dos Tigres Asiáticos e da união dos Estados Unidos e Canadá.

Se nos conscientizarmos de que é preciso um esforço de toda a sociedade para alcançarmos uma modernidade no final deste século, sem dúvida estaremos dando um passo fundamental para entrarmos positivamente no século XXI.

Josué Souto Maior Mussalém é economista, superintendente do Instituto de Informática da Fundação Joaquim Nabuco e consultor de empresas no Recife.